

Pontos de vista sobre a Missão EU-SSR



A Reforma do Sector da Defesa e Segurança é uma preocupação sentida por toda a sociedade guineense. Esta Reforma implica a transformação completa da Defesa e da Segurança para reestruturar e modernizar o sector.

A comunidade internacional também considera a reforma uma condição essencial para a manutenção da paz, a construção do estado democrático e o desenvolvimento.

“Não há segurança sem desenvolvimento. Não há desenvolvimento sem segurança,” disse Kofi Annan, ex-Secretário Geral da ONU.

Por isso, foram apoiados, ao longo dos anos, vários projectos de Reforma na Guiné-Bissau. Mas, apesar de alguns resultados iniciais, os progressos para transformar o sector têm sido poucos.

A análise apresentada é parte de um trabalho de investigação que visa compreender o processo de Reforma do Sector da Defesa e Segurança. Focamo-nos aqui numa missão da União Europeia de apoio à Reforma, o EU-SSR.

Esta missão foi lançada em 2008, mas após dois anos, a UE decidiu que não a podia renovar devido à “instabilidade política e à falta de respeito pelo Estado de Direito”.

Analisamos as diferentes opiniões de actores da sociedade guineense sobre os resultados deste projecto, as dificuldades encontradas, e as lições que ele nos oferece.

Quais os resultados mais importantes deste projecto?

A missão EU-SSR foi lançada em 2008, com o mandato de dar assistência técnica à Reforma do Sector da Defesa e Segurança e Defesa na GB, contribuindo para criar condições de implementação da reforma.

O principal resultado foi o apoio à elaboração das leis básicas que definem o funcionamento das Forças Armadas e das forças de segurança, assim como o estatuto dos seus elementos. Este pacote legislativo dá à Guiné-Bissau uma base sólida para implementar a sua estratégia nacional de Reforma.

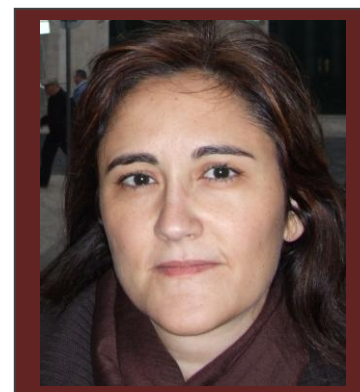
A missão também participou na elaboração de projectos específicos para serem apresentados aos doadores para financiamento.

Além deste pacote de leis, uma das contribuições consideradas importantes desta missão foi a visibilidade que deu à Reforma e que fez com que ela seja agora considerada uma prioridade nacional.

Quais foram os obstáculos que se levantaram a este projecto?

A missão identificou como problema fundamental, e que levou à sua retirada, a instabilidade político-militar na Guiné-Bissau.

Foram principalmente os acontecimentos de 1 de Abril de 2010, “a violação da ordem constitucional, as detenções ilegais e impunidade e a falta de compromissos das autoridades nacionais para com os princípios



Ana Larcher Carvalho
Investigadora CEA-ISCTE
(Lisboa)

democráticos, direitos humanos e Estado de Direito” que levaram a União Europeia a concluir que não estavam reunidas as condições para a missão continuar. A UE reiterou, no entanto, que a Reforma é crucial para o desenvolvimento da Guiné no qual está profundamente empenhada.

Além deste problema de fundo, a experiência de implementação do projecto revelou inúmeras contrariedades, desde a falta de infra-estruturas básicas e energia para a missão trabalhar, o que tornou difícil o seu arranque, até à fraca capacidade técnica dos órgãos responsáveis pela implementação da reforma.

Mas mais importantes foram as dificuldades no estabelecimento de relações de confiança entre a missão e a parte guineense, sobretudo no que diz respeito às Forças Armadas.

O tempo decorrido entre o planeamento e a execução da missão fez com que, por exemplo, alguns dos Ministros implicados na reforma já não reconhecessem a legitimidade do mandato da missão. Sucessivas mudanças de interlocutores políticos e militares criaram, depois, descontinuidades institucionais e entravaram a implementação do projecto.

Vários entrevistados referiram que passados vários meses a missão tinha estabelecido fracas ligações com os militares no activo e antigos combatentes guineenses, os interlocutores com quem deveria trabalhar.

Esta dificuldade está relacionada com a resistência da parte das forças de defesa que vêm na reforma uma ameaça à sua posição, mas também é devida à falta de conhecimento que existe sobre a própria Reforma e à pouca implicação dos militares no processo.

A falta de envolvimento dos protagonistas no processo teve várias consequências negativas (1) dificultou a implementação das soluções preconizadas; (2) reforçou a ideia de que se tratava de um projecto quase “imposto”.

Mas, por outro lado, quando houve vontade da parte das chefias militares, a missão conseguiu realizar os seus progressos mais significativos: este dado indica que a Reforma progride em função do interesse que o poder militar e político têm ou não em fazer as coisas mudar.

Outro dos problemas apontados foi o desfasamento entre as expectativas criadas pelo anúncio das largas verbas

envolvidas e a pouca visibilidade dos resultados e que levou a uma “resistência natural” à missão por parte da população e a algumas tensões da parte dos militares.

A missão não contemplava recursos para o desenvolvimento da Reforma, sendo apenas uma missão de assistência técnica. Criaram-se assim falsas expectativas: de acordo com uma entrevista “deixou os militares inquietos e impacientes com tanta expectativa que não deu em nada”.

Falhou aqui a estratégia de comunicação da missão sobre os seus objectivos. Só tardiamente a missão começou a utilizar a rádio e, ainda assim, não usou as rádios comunitárias, instrumentos privilegiados de notícias. Mais, esses programas de rádio deveriam ter sido feitas por militares e não para os militares.

Outro dos factores referidos por vários entrevistados é o limitado conhecimento da missão sobre os contornos culturais, históricos e políticos da Guiné-Bissau: “tentaram exportar modelos testados em outros lugares para a Guiné, sem conhecimento adequado do contexto, levando a choques e conflitos de interesses”.

Vários entrevistados salientam, neste domínio, que a Reforma tem de ser feita nos quartéis, e daí para a sociedade e não o contrário: “os militares, das chefias aos soldados, é que precisam de ser convencidos da necessidade da Reforma”.



Ainda em relação ao conhecimento imperfeito da situação, foi salientado o facto de esta missão ser essencialmente militar e não multidisciplinar, tendo faltado o envolvimento de académicos conhecedores, o que dificultou a capacidade de compreender as forças políticas, sociais, económicas, culturais no país que são os recursos internos necessários para lançar o processo de transformação.

Outros dos factores é que a Reforma foi vista como um problema técnico e económico enquanto, na realidade, é um processo essencialmente político.

Na verdade, o objectivo de “diminuir os efectivos de defesa e segurança”, provoca desconfiança nas Forças Armadas que vêm na Reforma uma ameaça. A diminuição de efectivos significa um grande número de “perdedores” da Reforma, o que muito pode contribuir para a instabilidade.

“Estar na tropa, para alguns grupos étnicos é motivo de orgulho, de status social, e quando juntarmos a isso, o narcotráfico e o dinheiro que dessa actividade circula, num país onde mais de 65% da população vive com menos de 2 USD por dia, então compreendemos a resistência em relação a Reforma”.

A própria tomada de decisão em relação a certos aspectos da Reforma, representa riscos para os decisores políticos: “o poder político refém do poder militar não tem coragem para tomar decisões; não se pensou como proteger os decisores políticos, e eles ficam vulneráveis ao poder militar,” disse um investigador.

Por fim, a demora na obtenção de resultados, e o insucesso repetido dos vários projectos poderá ter contribuído para o fortalecimento das facções que dentro das Forças Armadas não aderem à reforma.

Pode desta maneira tornar-se mais difícil a mobilização de vontades e fundos para uma intervenção credível e eficaz.

Será a intervenção da comunidade internacional no sector da segurança necessária?

A maioria das pessoas consultadas acredita que a intervenção externa é necessária, porque o poder político não tem autoridade bastante.

O papel da comunidade internacional é importante para permitir que as forças favoráveis à reforma possam actuar.

A retirada do apoio internacional poderá ainda piorar a situação favorecendo os grupos que não permitem o normal funcionamento das instituições democráticas e levar ao aumento do tráfico de droga, desmotivar o retorno dos quadros na diáspora e impedir a progressão democrática.

Por outro lado, há quem defenda que a estabilidade só pode ser construída dentro do próprio país e que a intervenção da comunidade internacional pode impedir que se encontrem soluções próprias.

Quais os factores importantes a ter em conta no futuro?

Do conjunto das entrevistas pode concluir-se, em síntese, para uma resposta deste alcance que a transformação do sector da Defesa e da Segurança é um processo político que tem de ser integrado no processo mais lato de construção do Estado. A construção do Estado tem de estar enraizada nas forças políticas, sociais, económicas, culturais do país.

É necessário mobilizar recursos internos (actores políticos, militares e da sociedade civil) para lançar processo de transformação. Só assim se poderão encontrar consensos reais para a resolução dos problemas. **

«Imagens de Bissau»

